

1 Resolução

2
3 Reunidos na 2ª Assembleia Sindical sobre Trabalho e Meio Ambiente, no Rio de Janeiro,
4 Brasil, de 11 a 13 de junho de 2012, organizada por Sustainlabour, Confederação Sindical
5 Internacional (CSI) e Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas
6 (CSA), que contou com a participação de 396 delegados e delegadas representando 66
7 organizações de 56 países;

8
9 Esperando que os governos reunidos na Conferência das Nações Unidas sobre
10 Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) entrem em acordo sobre ações concretas que
11 resultem em acordos vinculantes e permitam a erradicação da pobreza, o respeito às
12 garantias sociais e trabalhistas e a proteção do meio ambiente;

13
14 Convencidos que nosso atual modelo de produção e consumo, guiado pelo lucro
15 identificado como a causa do aumento das desigualdades sociais e a degradação ambiental,
16 deve ser substituído se queremos alcançar um desenvolvimento realmente sustentável;

17
18 Tendo compreendido que o impacto de uma maior degradação ambiental tem e terá na
19 saúde, na renda, nos empregos e no bem-estar dos trabalhadores, das trabalhadoras e das
20 comunidades, em particular as mais pobres, assim como na nossa capacidade de alcançar a
21 prosperidade, igualdade e o trabalho decente para homens e mulheres;

22
23 Fortemente preocupados com os impactos das crises alimentar e climática, a contaminação
24 dos mares e oceanos e da terra, da perda acelerada da biodiversidade, e chamados pela
25 necessidade de garantir os direitos de todos os habitantes do planeta aos recursos, bens e
26 serviços essenciais, como a água potável, a energia, a segurança e soberania alimentar e
27 nutricional dentro dos limites dos recursos do planeta;

28
29 Reconhecendo o risco e os atuais impactos que a mudança climática gerada pelo homem
30 para a continuidade na vida do planeta, a urgente necessidade de atuar por consequência e
31 dispostos a demandar ações que impeçam que a temperatura média do planeta suba mais
32 que 1.5°C, baseado na recomendação do Quinto relatório do Painel Intergovernamental de
33 Experts em Mudança Climática, PICC (IPCC);

34
35 Gravemente preocupados pelos dados que demonstram que quase 60% dos
36 trabalhadores(as) do mundo não têm um contrato de trabalho seguro e 75% não dispõe de
37 proteção social, assim como as estatísticas relativas a saúde e seguridade dos trabalhadores,
38 que indicam que, apesar do sub-registro, que a cada 15 segundos morre um trabalhador
39 devido a acidente ou enfermidade por trabalho, cada 15 segundos 160 trabalhadores tem um
40 acidente de trabalho, agravados pelo modelo neoliberal que precarizou as relações de
41 trabalho (informalidade, terceirização, subcontratação, empresas “maquiladoras” entre
42 outras);

43
44 Preocupados, porque vinte anos depois da cúpula do Rio, em 92, as crises ambientais e
45 sociais se agravaram e as negociações do desenvolvimento sustentável não resultaram em
46 compromissos que levam a uma mudança dos padrões de produção e consumo e, no
47 entanto se consolidam as bases da mercantilização e a “financeirização” dos bens comuns,
48 da natureza e suas funções;

49
50 Conscientes que o movimento sindical enfrenta situações diversas ao redor do mundo em
51 relação ao respeito ao direito de associação, a organizar-se em sindicatos e negociar

52 coletivamente, ao diálogo social e ao trabalho decente, e que em muitos países o
53 comportamento irresponsável de empresas nacionais e multinacionais e as políticas de
54 ajuste estrutural gera a violação dos direitos laborais e sindicais. Além disso, como
55 consequência das políticas de austeridade, esses direitos estão em perigo onde antes
56 estavam garantidos Convencidos, em qualquer caso, que combater o *dumping* social é
57 sinônimo de proteção do planeta;
58

59 Convencidos que o movimento sindical desempenha um papel decisivo na luta por um
60 modelo de desenvolvimento alternativo as nossas sociedades, baseado nas necessidades
61 das pessoas, na solidariedade, na democracia política e econômica e em uma justa
62 distribuição de renda onde todos os cidadãos possam gozar plenamente de seus direitos
63 humanos, assegurando ao mesmo tempo a preservação do nosso planeta para as próximas
64 gerações;
65

66 Tendo em consideração o progresso que os sindicatos alcançaram em todos os níveis, em
67 particular desde 2006, quando foi realizada a 1ª. Assembleia Sindical sobre Trabalho e Meio
68 Ambiente, exemplificado com um grupo de boas práticas apresentadas nesta reunião, e
69 conscientes que a participação do movimento sindical nesses temas vai bem mais além dos
70 níveis atuais;
71

72 **Acordamos que**

73 Há um vínculo intrínseco entre o progresso social, a proteção ambiental e o trabalho
74 decente, e que essa relação torna impossível a realização plena de uma dimensão sem a
75 outra.
76

77 A missão histórica do movimento sindical, que é assegurar aos trabalhadores e
78 trabalhadoras dignidade, liberdade e igualdade social, requer que tornemos nossa a causa
79 de uma transição socialmente justa em direção a um modelo de desenvolvimento
80 sustentável que deve ser iniciado sem mais atrasos.
81

82 As autoridades públicas têm a responsabilidade de aplicar os princípios com os quais se
83 comprometeram internacionalmente, e iniciar uma transição justa baseada nos direitos, que
84 assegure a equidade entre e dentro dos países, entre gerações e de gênero.
85

86 Deve-se garantir que não os bens comuns, os recursos naturais e energéticos sejam
87 mantidos ou devolvidos à propriedade pública, assegurando sua preservação e a
88 administração pública com controle social.
89

90 Sem democracia, e sem uma boa governança, definida como transparência, justiça,
91 prestação de contas, resolução de conflitos, luta contra a corrupção, e participação dos
92 cidadãos sem regulamentações fortes, os mercados manterão o comportamento social e
93 ambientalmente predatório do atual modelo econômico.
94

95 A proteção social é um direito humano e um elemento essencial da justiça social. O direito a
96 seguridade social é uma necessidade econômica e social para o desenvolvimento e o
97 progresso.
98

99 A saúde e a segurança das trabalhadoras e trabalhadores, suas famílias e comunidades, e a
100 proteção ao meio ambiente são duas faces da mesma moeda. O movimento sindical
101 defende que a saúde laboral é um componente do direito a seguridade social e a
102 responsabilidade do Estado. Por isso os lugares de trabalho saudável e seguro são

103 imprescindíveis para avançar o trabalho decente com igualdade e justiça constituindo-se
104 como pedra angular para o desenvolvimento sustentável.

105

106 Para que o movimento sindical seja um motor da transformação que nossas sociedades
107 necessitam, se deve fazer o máximo possível para consolidar a força do movimento sindical
108 em todos os níveis e incorporar as questões de sustentabilidade nas estratégias sindicais.

109

110 **Exigimos dos governos que**

111 Respeitem e apliquem os compromissos adquiridos em processos intergovernamentais
112 vinculados ao desenvolvimento sustentável e ao meio ambiente, como a declaração do Rio,
113 a Agenda 21, o plano de implementação de Johannesburgo, as Convenções de Mudança
114 Climática, Biodiversidade e Desertificação, assim como os instrumentos vinculados a gestão
115 de produtos químicos, como as convenções de Roterdã, Basileia e Estocolmo.

116

117 Iniciem uma transformação profunda em todos os setores da economia, para assim garantir
118 a sustentabilidade do planeta, seus habitantes e as próximas gerações. Isso requer
119 investimentos em uma matriz energética limpa e renovável, o desenvolvimento do
120 transporte público e a mobilidade sustentável, a renovação eficiente dos edifícios, a
121 promoção de uma agricultura, pesca e silvicultura ecológicas, a redução, reutilização e
122 reciclagem de resíduos e a promoção da visão do ciclo de vida dos produtos.

123

124 Elaborem estratégias de Transição Justa através de políticas públicas que apóiem a
125 transformação da atividade econômica e desenvolvam novas fontes de emprego verde e
126 decente, buscando que o resultado da mudança seja ambientalmente sustentável, crie
127 coesão e justiça social, e garanta a igualdade de oportunidades a mulheres e jovens.

128

129 Promovam o investimento de 2% do PIB em setores que reduzam o impacto ambiental da
130 produção e os impactos dos desastres naturais, e que gerem empregos verdes e decentes e
131 no Rio, adotem uma estratégia que persiga o objetivo de trabalho decente para todos, com
132 linhas específicas para erradicar o trabalho precário, diminuir o desemprego e promover a
133 proporção de empregos verdes e decentes, e a equidade de gênero.

134

135 Reconheçam o direito humano à proteção social, em acordo com a Convenção 102 da OIT
136 sobre Seguridade Social e a Recomendação 202 da OIT sobre pisos nacionais de proteção
137 social, e promovam, facilitem e estendam a cobertura da proteção social. Os benefícios
138 devem ser não discriminatórios, adequados e seguros, e a sustentabilidade financeira dos
139 esquemas de proteção social deve estar assegurada, e beneficiar a participação sindical em
140 seu desenho e gestão. No Rio, os governos devem comprometer-se ao objetivo de Proteção
141 Social para todos, ao menos no nível de piso de proteção social em 2030, e destinar recursos
142 para estabelecê-los nos países mais pobres.

143

144 Adotem uma Taxa sobre Transações Financeiras em âmbito global e regional, cujos
145 benefícios contribuiriam em parte para a luta contra a mudança climática e o
146 desenvolvimento, e a re-regulação do setor financeiro.

147

148 Estabeleçam um acordo ambicioso e vinculante a mudança climática dentro da Convenção
149 Quadro das Nações Unidas para evitar mudanças irreversíveis no sistema climático, que se
150 comprometa a reduzir emissões de maneira consistente, com base no princípio de
151 responsabilidades comuns porém diferenciadas, e aplicar políticas de adaptação baseadas
152 nas necessidades das comunidades e garantam recursos suficientes previsíveis e adicionais

153 para mitigação, adaptação e criação de capacidades, com gestão democrática por
154 organizações das Nações Unidas.
155

156 Vinculem de forma sistêmica as políticas públicas com os impactos das mudanças climáticas,
157 garantindo a participação dos sindicatos e da sociedade na tomada de decisões.
158

159 Deem um mandato à OIT para desenvolver o debate sobre a transição justa com o trabalho
160 decente, outorgando-a o espaço necessário para orientar o desenvolvimento sustentável.
161

162 Garantam como mínimo, a ratificação e implementação de todas as convenções
163 fundamentais da OIT, como os convênios 81, 102, 135, 140, 151, 155, 162, 167, e 199, as
164 regulamentações e normas referentes a proteção social, saúde e segurança laboral e o uso
165 de produtos químicos, assim como as recomendações relevantes para a Organização
166 Mundial da Saúde (OMS), e assegure-se que as mesmas sejam cumpridas por todos os
167 empregadores nacionais e multinacionais.
168

169 Criem e reforcem a legislação laboral e garantam a criação de instrumentos básicos de
170 negociação coletiva em todo o mundo, o que requer o acesso aos lugares de trabalho, boa
171 inspeção laboral e a participação democrática.
172

173 Desenvolvam políticas públicas que garantam a saúde e segurança dos(as)
174 trabalhadores(as), o direito a informação sobre as propriedades e impacto das substâncias
175 químicas. Também sobre a eliminação, substituição e controle de substâncias nocivas e
176 perigosas nos diferentes setores da produção e serviços. Conclamamos à proibição do uso e
177 comercialização do amianto, endossulfân, paraguat, benzeno, cádmio, mercúrio e chumbo,
178 entre outros.
179

180 Acabem com a privatização e mercantilização dos bens comuns e dos recursos naturais e
181 invistam na reforma agrária e em políticas públicas que incentivem a investigação, o
182 desenvolvimento de novas tecnologias e infraestrutura para a produção sustentável de
183 alimentos. As políticas públicas devem preservar os bens comuns e os recursos naturais
184 deverão ser administrados por organismos públicos e com controle social.
185

186 Freiem a entrega, concessão, ou parcerias com o setor privado em setores estratégicos,
187 como energia e transportes.
188

189 Desenvolvam políticas e programas fiscais verdadeiramente equitativos, sustentáveis e
190 redistributivos, inclusive com o fechamento e eliminação dos paraísos fiscais, combatendo
191 a evasão fiscal, e a arbitragem fiscal (tax arbitrage).
192

193 Garantam o acesso e a permanência da educação continuada pública de qualidade como um
194 direito universal, e uma estratégia para o desenvolvimento humano sustentável.
195

196 Modifiquem o modelo agrícola para priorizar o fortalecimento da agricultura familiar.
197

198 Financiem com fundos públicos, uma investigação científica que contribua aos objetivos da
199 sustentabilidade em longo prazo, construída de forma democrática e com participação
200 social.
201

202 Adotem um conjunto de políticas complementares em questões econômicas, financeiras,
203 comerciais, sociais e ambientais, e seus instrumentos e instituições, para assegurar uma
204 distribuição equitativa dos resultados.
205

206 **Nos comprometemos a**

207 Propor modelos de desenvolvimento econômico alternativos, que incorporem a necessidade
208 de alcançar o bem estar e a igualdade social dentro dos limites planetários,
209

210 Apoiar uma rumo a um modelo que permita sair da dependência dos combustíveis fósseis e
211 propor agendas de Transição Justa internacionais, regionais, nacionais e locais, que incluam
212 programas de investimento sustentável, formação e educação, proteção social, mecanismo
213 de dialogo social, e políticas de diversificação econômica, que considerem os(as)
214 trabalhadores(as) jovens e as mulheres.
215

216 Utilizar nossa capacidade organizativa e nossa experiência em lutas passadas para formar
217 um movimento forte e organizado em todo o mundo para, assim, fazer com que os governos
218 e corporações e relutantes em agir tomem as medidas adequadas para enfrentar e
219 combater a mudança climática.
220

221 Reforçar a formação e educação sindical para incorporar temas como o meio ambiente
222 desde a perspectiva da classe trabalhadora e apoiar iniciativas que fortaleçam as
223 capacidades dos trabalhadores e trabalhadoras, com relação aos vínculos entre as distintas
224 problemáticas ambientais, incluindo as mudanças climáticas e o mundo do trabalho, as
225 mudanças na produção que tais lutas requerem.
226

227 Promover uma fiscalização justa e ambientalmente responsável, reforçar a cooperação ao
228 desenvolvimento e proteger e promover a ação das instituições financeiras e serviços
229 públicos na proteção do meio ambiente e trabalhar com fundo de pensão onde temos
230 representantes nos conselhos de administração para que aumentem seus investimentos no
231 desenvolvimento sustentável através da redução de emissões, projetos que permitam
232 investimentos em infraestrutura e serviços ecológicos com governos que respaldem de
233 forma suficiente os investimentos. Isto protegerá, ao mesmo tempo, as aposentadorias dos
234 trabalhadores(as) dependentes destes fundos.
235

236 Instrumentalizar e fortalecer campanhas no lugar de trabalho vinculadas ao uso mais
237 eficiente dos recursos e incorporar as boas praticas ambientais e reforçar o debate e a ação
238 sindical sobre a agricultura ecológica e os sistemas de produção de energia limpa.
239

240 Renovar o compromisso com a melhoria da saúde e segurança dos(as) trabalhadores(as) em
241 todos os países, incluindo a redução dos níveis de exposição aos produtos químicos, riscos
242 físico-psicossociais e outras lesões e acidentes, respondendo a novos desafios como a
243 nanotecnologia, mediante a aplicação do principio da precaução.
244

245 Negociar a inclusão de clausulas de saúde laboral e meio ambiente nos acordos e
246 negociações coletivas
247

248 Construir e/ou fortalecer os sindicatos e a solidariedade entre os trabalhadores(as), e
249 trabalhar para assegurar que os acordos coletivos incorporem todos os trabalhadores e
250 trabalhadoras (precários, terceirizados, informais) para que se convertam em instrumentos
251 de inclusão social e desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável.
252

253 Desenvolver campanhas de sensibilização, mobilização e luta contra a jornada mundial em
254 memória as vítimas de acidentes e enfermidades relacionadas ao trabalho (28 de abril).
255
256 É nosso compromisso fortalecer as alianças com movimentos sociais, ambientais e
257 populares, de mulheres, de povos indígenas, jovens, científicos, a favor do desenvolvimento
258 sustentável.
259
260 Rio de Janeiro, 13 de Junho de 2012